

## EMPODERAMENTO FEMININO: UMA ABORDAGEM EDUCATIVA

Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes<sup>1</sup>

### FEMALE EMPOWERMENT: AN EDUCATIONAL APPROACH

**Resumo:** Da sociedade capitalista contemporânea em que vivemos emergem cotidianamente situações de acentuado individualismo, extremismos e estereótipos de gênero, cor, etnia, idade, origem, situação social e econômica, identidade, orientação sexual, entre outros. Crescem os casos de violência sexual e de gênero em todas as partes do mundo mesmo que esteja ascendendo o processo de empoderamento feminino, entendido como a conscientização das mulheres para reivindicarem socialmente a igualdade de direitos entre os diferentes gêneros e, principalmente, conquistarem sua autonomia. Objetivando evidenciar e discutir o empoderamento feminino na educação, realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre a temática que resultou neste artigo. Aliada à nossa experiência como educadora, depreendemos do estudo que mudanças expressivas vêm se processando no que concerne ao empoderamento feminino, embora falte muito para que sejamos empoderadas e emancipadas. Ocupar espaços e esferas de poder não tem sido suficiente para acabar com a violência física, psicológica e simbólica que as mulheres sofrem todos os dias.

**Palavras-chave:** empoderamento; mulher; autonomia.

**Abstract:** Individualism situations, extremism and stereotypes of gender, color, ethnicity, age, social and economic situation, identity, sexual orientation, and others daily emerge from the contemporary capitalist society that we live. There are growing cases of sexual and gender-based violence in all parts of the world, even though the process of women's empowerment is increasing. This trend which is known as the awareness of women to socially claim equality of rights between different genders and, above all, to gain their autonomy. Aiming to evidence and discuss female empowerment in education, it was carried out a bibliographical research on the theme that resulted in this essay. In addition to our experience as educators, it was understood from the study that expressive changes have been taking place with regard to female empowerment, although it is still a long way before they are empowered, emancipated; occupying spaces and power spheres have not been enough to end the physical, psychological and symbolic violence that women suffer every single day.

**Keywords:** empowerment; women; autonomy.

<sup>1</sup> Pedagoga, Mestra e Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Adjunta Aposentada (UFBA). Associada e Delegada Regional da Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana (SBRASH). Membro da Comissão Editorial da Revista Brasileira de Sexualidade Humana (RBSH). E-mail: [tcrispf@uol.com.br](mailto:tcrispf@uol.com.br).

## Considerações iniciais

Falar em empoderamento e, em especial, em feminino, tem-se tornado muito frequente nos últimos anos em vários segmentos da sociedade. Trata-se de uma pauta que, acentuadamente, se faz presente nos espaços acadêmicos, evidenciando ser uma demanda para reflexão, busca de significados e de ação. Há, contudo, controvérsias quanto à aceitação do termo, abordagens e ações que conduzem a esse estado ou condição.

Neste ensaio é feito um resgate de termos e postulados que conduzem ao entendimento do que é considerado como empoderamento e refletiremos sobre os possíveis caminhos e práticas pedagógicas emancipadoras que contribuem para a conscientização das mulheres para reivindicarem socialmente a igualdade de direitos entre os diferentes gêneros e, principalmente, conquistarem sua autonomia. Esse termo tem aparecido com frequência na literatura acadêmica voltada para o campo da educação e pode ser entendido, retomando-se Freire (2000) para quem a autonomia é princípio fundante da educação libertadora. Neste sentido, no contexto destas reflexões, o significado de autonomia se articula profundamente com o conceito de empoderamento.

## Sobre empoderamento, poder e relações de gênero

Empoderamento é um termo polissêmico e complexo. Vem da palavra *empowerment* e aponta para, pelo menos, duas dimensões fundamentais: a educativa e a política.

O termo empoderamento ascendeu, sobretudo, em consequência dos movimentos emancipatórios contra os sistemas de opressão associados ao exercício de cidadania como, por exemplo, os movimentos de mulheres, de negros(as), de homossexuais, de pessoas com deficiência, de movimentos de libertação e de contracultura, entre outros.

Empoderar significa, em princípio, obter, ampliar e fortalecer poder ou poderes. Poder esse concebido por Foucault (1985, p. XIV) como “[...] uma rede de dispositivos ou mecanismos à que nada ou ninguém escapa” efetivado “[...] com vistas à obtenção da integração de pessoas ‘dóceis’ e ‘úteis’ a um determinado propósito”.

Como analisamos em outras reflexões (FAGUNDES, 2001a, 2001b, 2003 e 2005), numa

perspectiva de gênero, esse poder é arquitetado como a afirmação e a permanência histórica da dominação patriarcal sobre a mulher (PATEMAN, 1993), circunstância que consolida o conceito de um poder que se exerce sobre os sujeitos, enfraquecendo “[...] sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens de poder, neutralização dos efeitos do contra-poder” (FOUCAULT, 1985, p. XVI).

Concordando com Saffioti (1987), no entanto, admitimos que:

A sociedade não está dividida entre homens dominadores de um lado e mulheres subordinadas de outro. Há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens. Isto equivale a dizer que o patriarcado, sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem, não constitui o único princípio estruturador da sociedade [...] (p. 16)

Acrescente-se ao poder patriarcal a divisão das sociedades em classes, a discriminação racial, a sujeição das mulheres ao mundo do trabalho, a posição da mulher como objeto do desejo sexual masculino, foco de violência física e simbólica, violência sexual e de gênero, entre outras condições.

É muito forte o poder que permeia as relações entre os gêneros. Tomando Saffioti (1987) mais uma vez, admitimos que

É muito frequente que os homens poderosos extravasem seus desejos para além dos limites do poder que o cargo lhes oferece. Poderosos no campo das relações de trabalho julgam-se no direito de subjugar sexualmente as mulheres que desempenham atividade remunerada sob seu comando. Dispondo de um fantástico instrumento de coação – a ameaça da demissão – obtém, não raro, êxito em suas tentativas de usar sexualmente as mulheres que dependem de emprego do qual retiram sua subsistência. (p. 17)

Neste contexto, o empoderamento feminino se traduz na concepção do poder das mulheres como forma de exigir equidade de gênero, ou melhor, como ato de justiça social e econômica, fundamentada na noção ética, política e prática, dar a cada um (a) o que lhe pertence de acordo com suas necessidades ou situação sem discriminação para que alcance a igualdade de

condições. Partindo de um processo de emancipação individual, as mulheres edificam uma consciência social coletiva, basilar para a superação do estado de dominação, submissão e dependência social em que se encontram.

Empoderamento é o processo que conduz à possibilidade de tomar decisões, fazer escolhas, falar, expor o que pensa e o que crê, o que deseja e do que precisa; e também de silenciar quando achar conveniente. É ser ouvida, respeitada, assistida, não ser oprimida nem subjugada, não sofrer violência; é ver acatados seus direitos e ter igualdade de oportunidades de acesso à educação, à produção de saberes, ao trabalho e à participação na vida pública.

Ter direitos é uma prerrogativa de todos os cidadãos e cidadãs, no entanto os direitos humanos, em especial, os direitos das mulheres, ainda são pouco assegurados; constituem-se em desafios a serem vencidos em todas as sociedades humanas.

O que dizer das mulheres que vivem subjugadas aos homens, quer sejam seus pais, companheiros, filhos, companheiros? Mulheres que, por circunstâncias diversas, não têm acesso à educação escolar por falta de instituições de ensino onde moram, por falta de vagas ou por falta de encaminhamento das famílias? De famílias que bloqueiam o encaminhamento de meninas às escolas porque não valorizam a formação acadêmica para suas filhas. Ainda há o extremismo das meninas em situação de rua ou de abandono mais amplo.

Temos por outro lado situações de empoderamento que emergem de comunidades organizadas. Mulheres que se instituem para conseguirem seus intentos: assegurar o acesso à educação, aos serviços de saúde, ao trabalho, à remuneração igual à dos homens em exercício profissional equivalente, ao exercício político, ao respeito a seu gênero, orientação do desejo sexual, às suas idéias, necessidades, demandas, integridade física e psicológica, problemas e formas de vida.

### **Empoderamento pela educação – caminhos percorridos**

Persistiu por muitos e muitos anos, e em diferentes sociedades, o consenso quanto à subordinação das mulheres aos homens e à cultura.

Embasada pelos ideais da Revolução Francesa, confrontando este princípio, e en-

tendendo que o ser humano compreendia os dois gêneros – mulheres e homens –, Wollstonecraft (1996) no século XVIII defendeu a tese de que as mulheres deveriam ter os mesmos direitos à educação concedidos aos homens. Ter acesso ao conhecimento, ao mundo público e ao poder, além de não ser subjugada aos homens.

Seus argumentos partiram de axiomas básicos da conduta humana: a razão, a virtude e a experiência. Pela razão, o ser humano se diferencia e se situa num plano superior ao dos outros seres vivos; pela virtude, um ser, quer seja homem quer seja mulher, eleva-se sobre o outro; e pela experiência, tanto os homens quanto as mulheres podem ser detentores do saber e do conhecimento que é negado a outros seres como os animais (FAGUNDES, 2005, p. 49).

No Brasil, em 1932, assimilando as concepções de Wollstonecraft, Floresta (1989a) criou um novo texto reivindicatório. Contrapondo-se a todos os argumentos que afastavam as mulheres do saber, até então permitido somente aos homens, e à idéia de que as mulheres não precisavam aprender por serem excluídas dos cargos públicos em que se fazia necessário o conhecimento, o saber, denunciou também a superioridade masculina calcada na força física dos homens (decorrentes apenas de diferenças anatomofisiológicas) e defendeu veementemente o direito das mulheres ao acesso à educação.

Apesar deste brado peremptório dado por Nísia em meados do século XIX

[...] as oportunidades educacionais para as meninas, no Brasil, permaneciam limitadas e aquém daquelas proporcionadas aos meninos. Havia escassez de recursos das províncias brasileiras para o cultivo da inteligência da mulher, em algumas delas, não havia qualquer forma de instrução pública para seus habitantes (FAGUNDES, 2005, p. 81).

O acesso à educação, condição fundamental para o empoderamento feminino, é, portanto, um direito a ser buscado pelas mulheres.

Em 1979, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou um tratado internacional nomeado “Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres” (UNESCO, 1979) que entrou em

vigor em 1981 e foi ratificado com o nome de “Declaração Internacional de Direitos das Mulheres” por 188 países entre os quais o Brasil (BRASIL, 1981).

Dos direitos civis, políticos e sociais que contribuem para o empoderamento, destacam-se o direito à redução da desigualdade dos gêneros ou equidade nas relações de gênero, o direito ao voto, ao trabalho, à liberação sexual, e, principalmente, o acesso à informação e à educação em todos os níveis. Ampliando essa abordagem, o movimento feminista brasileiro enfatiza a necessidade de políticas públicas que tenham foco na redução da miséria e de pobreza para, assim, garantir a autonomia econômica das mulheres.

É preciso lembrar, entretanto, que o empoderamento efetivo não vem de fora. Ele deve ser o resultado de uma conquista da pessoa. Daí ser essencial que ele resulte da construção da autonomia pelo sujeito cognoscente.

Segundo Stromquist (1997), para que haja empoderamento são necessárias: a construção de autoimagem e confiança positivas, o desenvolvimento da capacidade de pensar criticamente, a construção da coesão de grupo, o desenvolvimento da capacidade de tomada de decisão e a decisão de agir.

Sobre empoderamento feminino, tomamos como referência também a feminista Sardenberg (2006) que o define como “[...] o processo de conquista da autonomia, da autodeterminação” (p. 2). Afirma Sardenberg que diferentemente da concepção que tem as agências e órgãos de financiamento para quem “[...] o empoderamento das mulheres é visto como um instrumento para o desenvolvimento, para a democracia, para erradicar a pobreza etc.”, não sendo um fim em si mesmo, o movimento feminista considera-o “[...] ao mesmo tempo, um instrumento/meio e um fim em si próprio”.

Para Sardenberg (2006):

O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. [...] seu objetivo maior [...] é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. Isso não quer dizer que não queiramos também acabar com a pobreza, com as guerras etc. Mas para nós o objetivo maior do “empoderamento” é destruir a ordem

patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas”. (p. 2)

Alarga-se com essa análise a concepção do empoderamento feminino associado ao controle das mulheres sobre si, de forma abrangente, que vai das condições mais íntimas associada ao seu corpo e mente, às condições econômicas, políticas e sociais da comunidade em que vivem.

Ampliando os caminhos percorridos para se chegar ao empoderamento, consideramos a análise feita por Lagarde Y de Los Rios (2012) que acrescenta o conceito de sororidade ao de emancipação e autonomia.

Embora se trate de um termo não existente na língua portuguesa, a sororidade é definida por Lagarde Y de Los Rios (2012) como sendo a união, a irmandade, a amizade e a cumplicidade construída entre as mulheres para o alcance de um objetivo comum.

[...] é parte de um esforço para desconstruir a cultura e a ideologia da feminilidade que encarna cada um, como um processo que começa na amizade/inimizade das mulheres e avanços na amizade de amigos, em busca de novos tempos, novas identidades. (p. 486)

Nesta linha de pensamento, completam Silva et al. (2017):

Uma abordagem que entrelaça o empoderamento feminino, a sororidade e a autonomia das mulheres permite enfrentar o desafio de combater o poder dos sistemas de dominação e exploração de classe, gênero, raça e a sustentação dos privilégios classistas e de gênero. Nessa abordagem, a luta de classe é também contra o racismo e o sexismo, seja coesa e convincente na medida em que possibilite tematizar ideias e práticas sobre a dominação interseccional de classe, raça e gênero, da violência doméstica e sexual, das desigualdades e discriminações, nas suas especificidades de maneira coletiva, autonomia e solidária. (p. 1)

Mesmo que consideremos o empoderamento eminentemente um processo endógeno de exercício da autonomia na perspectiva freiriana (FREIRE, 2000), corroboramos as me-

didadas que impulsionam este empoderamento. Entre elas destacam-se as que foram tomadas pela conjugação da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres) e a Rede Brasileira do Pacto Global. Tal associação resultou na elaboração de um documento intitulado “Women’s Empowerment Principles” (Princípios de Empoderamento das Mulheres) objetivando orientar as mulheres a assegurarem poder no ambiente e mercado de trabalho e na comunidade.

Foram considerados princípios básicos do empoderamento feminino no âmbito social e profissional (ONU MULHERES; Pacto Global das Nações Unidas, 2010):

Princípio 1: LIDERANÇA – Estabelecer uma liderança corporativa de alto nível para a igualdade entre gêneros

Princípio 2: IGUALDADE DE OPORTUNIDADE, INCLUSÃO E NÃO DISCRIMINAÇÃO – Tratar todas as mulheres e homens de forma justa no trabalho – respeitar e apoiar os direitos humanos e a não discriminação

Princípio 3: SAÚDE, SEGURANÇA E FIM DA VIOLÊNCIA – Assegurar a saúde, a segurança e o bem-estar de todos os trabalhadores e trabalhadoras

Princípio 4: EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO – Promover a educação, a formação e o desenvolvimento profissional para as mulheres

Princípio 5: DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E PRÁTICAS DA CADEIA DE FORNECEDORES – Implementar o desenvolvimento empresarial e as práticas da cadeia de abastecimento e de marketing que empoderem as mulheres

Princípio 6: LIDERANÇA COMUNITÁRIA E ENGAJAMENTO – Promover a igualdade através de iniciativas comunitárias e de defesa

Princípio 7: ACOMPANHAMENTO, MEDIÇÃO E RESULTADO – Medir e publicar relatórios dos progressos para alcançar a igualdade entre gêneros.

Estes princípios são adaptados dos Princípios Calvert para Mulheres, desenvolvidos em parceria com o Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres (UNIFEM) e lançados em 2004 como o primeiro código de conduta corporativo global com foco exclusivo no empoderamento, promoção e investimento em mulheres em todo o mundo. Isso porque até os dias atuais, apesar da igualdade entre homens e mulheres ser uma norma

internacional universal – um direito humano basilar e inviolável –, as mulheres continuam a encarar discriminação, marginalização e exclusão em diferentes setores da sociedade.

### **Empoderamento feminino e práticas pedagógicas emancipadoras**

Retomando a concepção de que o empoderamento só é possível se houver conscientização das mulheres em busca de uma autonomia, reafirmamos também que somente a educação empodera o sujeito.

Tais concepções encontram respaldo no documento da ONU intitulado “Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação da Educação: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos”.

Para Mlambo-Ngcuka, diretora executiva da ONU Mulheres e subsecretária-geral da ONU (UNESCO, 2016),

A Declaração de Incheon nos compromete adequadamente com uma educação não discriminatória, que reconheça a importância da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres para o desenvolvimento sustentável. Essa é uma oportunidade crucial para trabalharmos juntos, entre setores diferentes, para a realização da promessa da educação para todos de sociedades pacíficas, justas e igualitárias. Um mundo onde as pessoas sejam iguais apenas pode ser alcançado se nossa educação também ensinar isso de forma universal. (p. vii)

Enfatizando a educação como o caminho do empoderamento feminino, destacamos as seguintes percepções:

Em nosso mundo, conhecimento é poder, e a educação empodera. Ela é parte indispensável da equação do desenvolvimento. Ela tem valor intrínseco – que se estende muito além do econômico – para empoderar as pessoas a determinar o próprio destino. É por isso que a oportunidade de ser educado é central para o avanço do desenvolvimento humano. Helen Clark Administradora do PNUD. (UNESCO, 2016. p.vii)

A educação é a forma mais poderosa de alcançar a igualdade de gênero, de possibilitar que meninas e mulheres parti-



cipem, de maneira plena, social e politicamente e de fortalecê-las economicamente. (UNESCO, 2016. p. 7)

A educação é um caminho-chave para o empoderamento das mulheres. Quando meninas e mulheres são capazes de ir à escola e aprender, suas famílias e sociedades se beneficiam. (UNESCO, 2016. p. 7)

A igualdade de gênero está intrinsecamente ligada ao direito à educação para todos. Alcançar a igualdade de gênero requer uma abordagem baseada em direitos, que garanta que meninas e meninos, mulheres e homens não apenas passem a ter acesso à educação e completem ciclos educacionais, mas também sejam igualmente empoderados na e pela educação. (UNESCO, 2016. p. 8)

Depreendemos destes que princípios que educar numa perspectiva emancipatória (FREIRE, 2000) implica na

[...] compreensão do gênero e ampliação do seu sentido; a desconstrução da dicotomia sexo-gênero e desmistificação da histórica 'naturalização' das identidades feminina e masculina; a compreensão, pelas mulheres, do significado de minoria, a assunção do locus de minorias e a criação de uma unidade na diversidade; a promoção de ações que levem à extinção de práticas sexistas; o estímulo à efetiva participação dos movimentos de mulheres que lutam contra a discriminação, opressão e subordinação a que foram (quando não o são) submetidas, e consequentes ganhos de espaço de intervenção social e de exercício de seus direitos como cidadãs. (FAGUNDES, 214, p. 9)

Promover a igualdade entre os gêneros é defesa fundamental do documento Educação 2030 (UNESCO, 2016).

As concepções que destacamos confirmam evidências de que em processos educativos deve ser dada atenção especial a todas as formas de discriminação baseada em gênero, bem como a grupos vulneráveis; buscando garantir a inclusão no mais amplo sentido, asseverando que: "Nenhuma meta educacional pode ser considerada alcançada a menos que seja alcançada por todos." (UNESCO, 2016. p. 8).

Práticas pedagógicas emancipadoras,

calçadas nos princípios corroborados no documento Educação 2030 (UNESCO, 2016. p. 32) e na experiência que temos devem

[...] popularizar questões de gênero na formação de professores e em processos de monitoramento do currículo, além de eliminar a discriminação e a violência de gênero em instituições educacionais para garantir que o ensino e a aprendizagem causem o mesmo impacto em meninas e meninos, mulheres e homens, bem como para eliminar estereótipos e fazer avançar a igualdade de gênero.

Acrescentamos a necessidade de que as ações educativas promotoras da equidade entre os gêneros virem acompanhadas de políticas públicas que assegurem a segurança pessoal de meninas e mulheres tanto na escola (para que não sofram bullying, assédio, abuso) como no percurso entre a escola e sua residência. Isso porque constatamos a frequência com que aparecem na mídia registros de violência sexual e de gênero, física e simbólica que acometem a população jovem no interior e no entorno das instituições de ensino, além das que acontecem no ambiente familiar.

Do ponto de vista pedagógico, enfatizamos a necessidade imperiosa de professores competentes e devidamente qualificados para facilitarem a construção da autonomia pelas crianças. E este ponto também aparece na agenda Educação 2030 (UNESCO, 2016 p. 25):

Os professores são a chave para se alcançar a agenda completa da Educação 2030, assim, essa meta é crucial. Ela requer atenção urgente, com um prazo mais imediato, porque a lacuna de qualidade na educação é exacerbada pela falta e pela distribuição desigual de professores profissionalmente qualificados, sobretudo em áreas desfavorecidas. Como os professores são condição fundamental para garantir uma educação de qualidade, professores e educadores deveriam ser empoderados, adequadamente contratados e remunerados, motivados, profissionalmente qualificados, além de contar com o apoio de sistemas bem financiados, eficientes e governados de forma eficaz. (p. 25)

Mesmo reafirmando que vem de dentro o empoderamento das mulheres, professores que tem reconhecimento da sociedade são pessoas empoderadas e neste sentido é importante a existência de políticas públicas e regulamentações de ensino que possam ser

[...] aplicadas para garantir que todos os professores e educadores sejam empoderados, contratados e remunerados adequadamente, bem treinados, qualificados profissionalmente, motivados, distribuídos de forma equitativa e eficiente em todo o sistema educacional e apoiados por sistemas bem financiados e governados com eficiência. (UNESCO, 2016. p. 11).

Contudo, depreendemos de tais ponderações e propósitos que os documentos oficiais e os incentivos sociais sobre relações de gênero, poder e empoderamento feminino ainda são insuficientes para que seja efetivada uma educação que conduza ao empoderamento de crianças, jovens e adultos. Ainda assim, acreditamos na validade e investimos na promoção de ações educativas, processos e programas de educação numa perspectiva emancipatória ou de empoderamento das mulheres.

### Considerações finais

As reflexões deste artigo não são conclusivas, permanecem como ponderações constantes em nossa trajetória como mulher, mãe, educadora, pesquisadora, cidadã, mas nos conduziram a estruturar duas grandes premissas sobre empoderamento feminino: ninguém empodera ninguém – precisa vir de dentro de nós o empoderamento desejado; e o empoderamento somente é possível através da educação – a consecução de um projeto amplo de empoderamento feminino inclui, necessariamente, a perspectiva educacional, traduzida por uma abordagem educativa que entende a educação como a possibilidade concreta de realização pessoal e de formação de sujeitos autônomos, independentes e cômicos de seus direitos e deveres como mulheres e como homens na sociedade em que vivem.

### Referências

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto Nº 4.377, de 13 de setembro de 2002. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto no 89.460, de 20 de março de 1984. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4377.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm)>. Acesso em: 07 set. 2017.
- FAGUNDES, T. C. P. C. *Pedagogia: escolha marcada pelo gênero*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2001a.
- FAGUNDES, T. C. P. C. (org.). *Ensaio sobre gênero e educação*. Série UFBA em Campo: Estudos. Salvador: UFBA/Pró-Reitoria de Extensão, 2001b.
- FAGUNDES, T. C. P. C. (org.). *Ensaio sobre identidade e gênero*. Salvador: Helvécia, 2003.
- FAGUNDES, T. C. P. C. *Mulher e Pedagogia: um vínculo ressignificado*. Salvador: Helvécia, 2005.
- FAGUNDES, T. C. P. C. Sexualidade, Gênero e Poder?: educação numa perspectiva emancipatória. *Revista Espaço Acadêmico*, ano 18, v. 13, p. 1-17, 2014.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 15 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- KABEER, N. *Empowerment, Citizenship and Gender Justice: a contribution to locally grounded theories of change in women's lives*. Disponível em <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17496535.2012.704055>>. Acesso em: 03 set. 2017.
- LAGARDE Y DE LOS RIOS, M. M. *El feminismo en mi vida: hitos, claves y topías*. México: Gobierno del Distrito Federal. Instituto e las Mujeres del Distrito Federal, 2012. Disponível em: <<http://www.cotidianomujer.org.uy/sitio/pdf/ElFeminismoenmiVida.pdf>>. Acesso em:

10 set. 2017.

ONU MULHERES. *Pacto Global das Nações Unidas*. Princípios de Empoderamento das Mulheres. Disponível em: <<http://portuguese.weprinciples.org/Site/PrincipleOverview/>  
<http://portuguese.weprinciples.org/Site/PrincipleOverview/>>. Acesso em: 10 set. 2017.

PATEMAN, C. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SARDENBERG, C. *Conceituando "empoderamento" na perspectiva feminista*. I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres, Salvador, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2017.

SILVA, A. R. da; GONÇALVES, A. G.; MORAES, E. L. de. *Empoderamento, sororidade e autonomia das mulheres*. Campo Grande News, 08, setembro, 2017. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/artigos/empoderamento-sororidade-e-autonomia-das-mulheres>>. Acesso em: 12 set. 2017.

STROMQUIST, N. La búsqueda del empoderamiento: em qué puede contribuir el campo de la educación. In: LEÓN, M. (Ed.). *Poder y empoderamento de las mujeres*. Santafé de Bogotá: TM Editores, 1997.

UNESCO. *Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher*. Nova York: Organização das Nações Unidas. 1979.

UNESCO. *Educação 2030*. Declaração de Incheon e Marco de Ação da Educação: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Brasília: UNESCO, 2016. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002432/243278POR.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2017.